

## CONFLITOS DE INTERESSES E TUTELA CAMPONESA: O ASSOCIATIVISMO CATÓLICO NO RS – DÉCADAS DE 1950 E 1960 \*

*João Carlos Tedesco\*\**

---

**Resumo.** O objetivo desse texto é sistematizar alguns elementos que promoveram a constituição de sindicatos rurais no Rio Grande do Sul. Os mesmos são resultado de um contexto político de grandes embates entre grupos sociais e políticos nos anos 50 e 60 de grande repercussão na história política brasileira e do campesinato. O papel da Igreja Católica, através de seus quadros de cunho político e ideológico, tornou-se fundamental.

**Palavras-chave:** Sindicalismo rural; Igreja Católica; movimentos sociais.

## CONFLICT OF INTEREST AND PROTECTION TO THE PEASANTS: THE CATHOLIC ASSOCIATIVISM IN THE RIO GRANDE DO SUL STATE IN THE 1950`S AND THE 1960`S

**Abstract.** The aim of this text is to systematize some elements which supported the founding of peasant unions in the Rio Grande do Sul State. Those are the results of a public context of great clashes between social and political groups during the 50`s and the 60`s, with a great repercussion over the Brazilian political history and the peasantry. The role of the Catholic Church through its groups of ideological and political orientation was essential for this accomplishment.

**Keywords:** Peasant Union; Catholic Church; social movements.

## CONFLICTOS DE INTERESES Y TUTELA CAMPESINA: EL ASOCIACIONISMO CATÓLICO EN RÍO GRANDE DO SUL DURANTE LAS DÉCADAS DE 1950 Y 1960

**Resumen.** El objetivo de este texto es sistematizar algunos elementos que promovieron la constitución de sindicatos rurales en Río Grande do Sul. Éstos

---

\* Artigo recebido em 20/03/2011. Aprovado em 23/05/2011.

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS.

son el resultado de un contexto político de grandes embates entre grupos sociales y políticos de los años '50 y '60, de gran repercusión en la historia política brasileña y del campesinado. El papel de la Iglesia Católica, a través de sus cuadros de cuño político e ideológico, se tornó fundamental.

**Palabras Clave:** Sindicalismo rural; Iglesia Católica; movimientos sociales.

---

## INTRODUÇÃO

O sindicalismo rural, em nível de Brasil e, em particular no Rio Grande do Sul, é fruto de um contexto de grandes disputas por espaços políticos e representação no meio camponês; várias forças de cunho político-ideológico se lançam nessa empreitada. Instituições políticas, religiosas e movimentos sociais produzem uma realidade efervescente em termos de ações, estratégias, discursos e inserções no meio rural. Os anos 50 serão de grande referência nesse sentido. Forças políticas que, no período, eram consideradas progressistas e/ou conservadoras, bem como as que surgiram no interior de movimentos sociais, tendo as Ligas Camponesas e o Partido Comunista como seus interlocutores principais, fizeram-se sentir.

Concepções políticas de grupos que se consolidaram em décadas anteriores como o PCB e o PTB, ideias de modernização e industrialização do país, pressões e discussões sobre a *questão fundiária* (em especial, reforma agrária e cidadania no campo), movimentos sociais, a intensa e marcante presença da Igreja Católica no meio rural, em particular no Rio Grande do Sul, dentre outros, marcaram o período.

A Igreja Católica vivia também um período de grandes redefinições em suas diretrizes, em suas pastorais, com o surgimento da CNBB, com encíclicas papais que tentavam dar o norte da oficialidade da instituição recém criada, em particular a *Mater et Magistra* de João XXIII, bem como com as alas consideradas então conservadoras lideradas por Dom Vicente Scherer no Sul e Dom Eugênio Sales no Nordeste do Brasil. No Rio Grande do Sul, a mesma se define por atuar, na realidade, como sempre fez, no meio rural, em particular nas regiões coloniais, nas quais a presença da agricultura familiar<sup>1</sup> era ainda sua marca. Lutas sociais

---

<sup>1</sup> Consideraremos aqui o agricultor familiar numa perspectiva genérica, sem fazer distinções étnicas e/ou regionais; estaremos, sim, identificando-o como pequeno produtor, em geral, proprietário, que utiliza mão-de-obra familiar em maior parte de suas atividades, que possui um forte vínculo cultural e social com a terra, produz excedente e possui vinculação com o mercado.

começavam a se evidenciar no meio rural, através do movimento Master (1960-64)<sup>2</sup> e das políticas públicas que objetivavam algumas transformações sociais.

Ainda que de uma forma sintética, adentraremos para alguns desses elementos que configuraram o período e foram fundamentais para a consolidação do sindicalismo rural no estado sob a égide da Igreja Católica num cenário de grandes embates políticos, ideológicos, de transformação da sociedade brasileira e dos processos produtivos no meio rural do país.

### AS MEDIAÇÕES DO RURAL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

É de consenso em meio aos analistas de que as Ligas Camponesas, em grande parte, capitaneadas por algumas lideranças do PCB (Partido Comunista Brasileiro), fazem parte da história do nascimento do sindicalismo rural em nível de país e, em particular, ainda que incipiente, no Rio Grande do Sul. Não que antes das Ligas não houvesse movimentos, organizações e reivindicações no meio rural por grupos de pequenos produtores e/ou trabalhadores das mais variadas formas nesse setor produtivo. Porém, não se apresentavam como orgânicas, com dimensão e mediação política mais definida em suas lutas, nem em termos de estratégias e repercussões. As Ligas Camponesas farão isso pelos anos 1950 e até início de 1960.

As Ligas começam sua ação no nordeste brasileiro, em particular em Pernambuco, e ganham corpo em várias regiões do Brasil na metade dos anos 1950, como fruto de reivindicações de camponeses, personificados em posseiros, lavradores, meeiros, jornaleiros, dentre outros que, em geral, trabalhavam no interior de grandes extensões de terra. Os mesmos, ao sentirem-se desalojados pelos proprietários, explorados em seu trabalho, excluídos de uma série de benefícios sociais que o poder público viabilizava para fazendeiros, expropriados em suas rendas, vendo-se empobrecidos cada vez mais, organizam-se em torno de determinadas lutas, consolidando uma discussão em torno do que se convencionou chamar de *questão agrária*, envolta em direitos de cidadania, participação na esfera das políticas públicas de assistência ao trabalhador

---

<sup>2</sup> Veremos mais adiante aspectos específicos em torno do Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul (Master).

rural, em geral sem propriedades (BASTOS, 1984; CARVALHO COSTA, 1996).<sup>3</sup>

A literatura do período enfatizava e discutia muito essa “questão agrária”; cientistas sociais, historiadores, antropólogos, economistas, a partir de várias matrizes teóricas, elaboraram grandes teses nesse sentido (Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Florestan Fernandes dentre outros). Esse período era considerado paradigmático da modernização brasileira, dos projetos e propostas de desenvolvimento econômico e social. O pequeno agricultor, de várias bases culturais, étnicas e regionais, passou a ser inserido nas análises acadêmicas, visto pelos grupos políticos como força social de transformação, outros de reserva moral para a sociedade em geral, para o desenvolvimento industrial, como sujeito social que deveria ser modernizado e tutelado; ou seja, como contingente que iria engrossar as fileiras do operariado urbano, fruto do desenvolvimento capitalista tanto na agricultura quanto no meio urbano-industrial etc.

Intelectuais progressistas, membros de partidos políticos, em particular o PCB (na época já com longa história e grande participação social e política na sociedade brasileira, em especial nas grandes cidades), profissionais liberais adeptos a um processo modernizador e com maior justiça social no campo se agregam às lutas dos camponeses por várias regiões do país exigindo reforma agrária, alterações na estrutura fundiária e nas políticas agrícolas, legislação rural adequada à performance dos pequenos produtores, lavradores, assalariados, posseiros, arrendatários, meeiros, peões de estância, agregados, dentre outros. Esses contingentes de subalternizados e empobrecidos do campo (MARTINS, 1990)<sup>4</sup>, por todo o Brasil, somavam centenas de milhares na década de 1950; os mesmos revelavam o lado contraditório e atrasado da estrutura latifundista e irracional em termos econômicos (GEHLEN, 1983; ECKERT, 1984; MEDEIROS, 1990). No Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, eram contabilizados em mais de duas centenas de milhares considerados sem-terra (GEHLEN, 1983; CARINI; TEDESCO, 2007).

---

<sup>3</sup> Aqui não temos condições de avançar de uma forma mais genérica sobre as Ligas e sua atuação no Brasil, seus vínculos com o PCB, com a Contag etc. Há uma ampla literatura nesse sentido. Remetemos à leitura dos livros de Luis Flávio de Carvalho Costa (1996; 2010), de Rudá Ricci (1999) e de Novaes (1997).

<sup>4</sup> Vários livros de José de Souza Martins tematizaram a questão camponesa no Brasil, seus processos de subalternização, sua dimensão política e mediadora. Em particular, ver Martins (1990).

Com as Ligas, os camponeses começaram a demonstrar uma força expressiva e acabaram deixando preocupados alguns setores da classe dominante, principalmente a latifundiária, no que tange à propriedade da terra, à legislação trabalhista, à possibilidade de organização, à alteração do poder das oligarquias locais e à possível redução de seu controle político coronelista, ao avanço do comunismo e suas ideias no meio rural (BASTOS, 1984).

A Igreja Católica se mostrava apreensiva com esse rumo político no meio rural, pois além da possibilidade de alterar quadros de adeptos em seu horizonte ideológico, poderia abrir espaços para facções ou grupos não hegemônicos no interior da mesma os quais estavam desenvolvendo ações em adequação às demandas dos camponeses como é o caso da Ação Popular (AP), da Ação Católica (AC) (consideradas como pastorais sociais e de cunho organizativo de grupos sociais) com algumas de suas políticas ligadas à educação rural e popular, à promoção do homem do campo, escolas rurais para alfabetizar o agricultor, assessoria no encaminhamento às documentações do agricultor junto aos sindicatos (ALVES, 1979; BASSANI, 2009). A Ação Católica (movimento no interior da Igreja Católica, já nascido em meados dos anos 40) se fortalece, legitima seu comprometimento com as transformações sociais, engajando-se na realidade social através dos vários movimentos (os “Js”) e da presença de leigos com formação e consciência crítica produzidas pelos “jocistas” através do uso do método *Ver, Julgar e Agir* (MATOS, 2003, p. 139). A Ação Católica (AC) marcou um amplo movimento renovador do campo eclesial. Visões progressistas, em adequação com a dinâmica política e social do país, no interior do comando e da oficialidade da Igreja Católica, permitiram que isso se concretizasse. Renovação pastoral, mudanças nas estruturas sociais, nova presença da Igreja na sociedade e o compromisso cristão com a realidade social, dão o tom desse período.

As Ligas, já no final dos anos 1950, começaram a ganhar corpo em várias regiões do Brasil, em particular no centro-sul; as mesmas, capitaneadas pela mediação do PCB e de outras agremiações e associações políticas, ampliaram seu leque de ação tanto no meio rural quanto junto ao operariado urbano; passaram a alimentar e ampliar as ações da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores da Agricultura Brasileira - essa com forte centralidade nos grandes centros do país em especial em São Paulo), em sua dimensão política, a qual era, até então, a única agremiação de trabalhadores considerada de uma forma mais consistente e de mediação política, que poderia somar forças contrárias

aos interesses tanto da Igreja quanto do quadro político e fundiário dominantes no período (MEDEIROS, 1990; RICCI, 1999; BASSANI, 1986; MARTINS, 1990). Na realidade, em nível de país, aconteceu por toda a segunda metade dos anos 50 e até meados dos anos 60 uma grande batalha pela efetivação, impedimentos, vanguarda e tutela da organização sindical rural.

Os sindicatos rurais, em geral de trabalhadores e/ou de pequenos produtores, foram regulamentados pela esfera pública federal em 1963 no período em que as Ligas começam a perder terreno, devido a sua diluição em meio a partidos políticos e por sofrerem fragmentações internas em razão de algumas de suas propostas terem sido consideradas radicais demais, também, pelo fato de algumas de suas lideranças e de mediação intelectual, terem optado pela via da representação política já que havia uma estrutura de oportunidades nesse sentido (BARROS, 1978; BASSANI, 1986; NOVAES, 1997). Esses fatos, somados a outros, do contexto político e territorial do país, bem como as múltiplas características do que se considerava trabalhador rural no período, promoveram um considerável enfraquecimento das Ligas. Não obstante, não há como não reconhecer sua ação, sua presença orgânica na organização política no meio rural em várias partes do Brasil.

O estopim desse processo de efervescência política dos trabalhadores acontece em 1961 com o I Congresso da ULTAB<sup>5</sup> (criado e influenciado pelo PCB) em Belo Horizonte, orientado e/ou com hegemonia de lideranças partidárias que militavam nas Ligas, o qual define os sindicatos como lutadores pela reforma agrária contra a aliança com a burguesia nacional (BARROS, 1978). O referido congresso acabou por marcar profundas divergências entre as Ligas e o PCB em torno de concepções de revolução (de quem seriam seus promotores, e quais seriam suas alianças), transformações na estrutura agrária, no combate aos inimigos internos e externos (na época falava-se muito em imperialismo, anti-imperialismo, nacionalismo, etc.), os caminhos da legalidade para a efetivação das mudanças sociais e históricas ou não (COLETTI, 1998; BASSANI, 2009). Processos esses que vão criar, também, divisões no PCB entre esse e as Ligas e no interior dessas, pois nem todos os membros das Ligas eram do PCB (DALLA NORA 2002; BARROS, 1978).

Não obstante seu curto período de existência, as Ligas promoveram modificações no campo político no meio rural, deram

---

<sup>5</sup> A ULTAB foi criada em 54 e agregou associações de camponeses com forte ingerência do PCB. Para isso ver Medeiros (1990) e Novaes (1997).

visibilidade e dimensão política ao campo, ao camponês (BASTOS, 1984). Suas ações não foram em todo o país e nem na mesma proporção, porém, marcaram, de uma forma ou de outra, sua presença; criaram novas relações com o Estado, lutaram para que mecanismos políticos, jurídicos, organizacionais e de representação, já presentes no trabalhador urbano, ganhassem forma também no meio rural.

#### **VELHOS/NOVOS QUADROS DE MEDIÇÃO NO MEIO RURAL: PASTORES EXPERIENTES PARA OVELHAS DESGARRADAS**

A Igreja e o Estado, no período anterior ao Golpe Militar de 1964, e mesmo em seu início, possuíam laços bastante estreitos. A instituição católica (CNBB), constituída em 1952, tendo Dom Hélder Câmara na sua frente no período, buscava auxiliar o trabalhador rural em suas organizações e representações. Pastorais sociais se fizeram presentes no meio rural sob a égide da CNBB, principalmente no nordeste e no sul do Brasil. O deslocamento da mesma para o “campo social” permitiu uma “reinterpretação da fé”. Os movimentos de Educação de Base (MEB) em defesa da escola pública e também para o meio rural permitiram difundir informações, através de estações de rádio e produções literárias, na educação e formação política de grupos camponeses (ALVES, 1979; COLETTI, 1998; MATOS, 2003). Dom Vicente Scherer, no Rio Grande do Sul, dinamizou muito isso em sua doutrinação política e em suas orientações práticas para o homem do campo, bem como em sua dimensão sindical e organizativa.

A Igreja Católica, em meados do século XX, em algumas regiões do país, mostrava-se na interface dos movimentos sociais. O Concílio Vaticano II (1962-1965) auxiliou na renovação para o âmbito social da Igreja Católica nesse período, em especial em sua preocupação com o rural, em seus planos de pastoral, em suas diretrizes para o mundo político (a Revolução Cubana de 1959 produziu mais tensões internas) e para o mundo do trabalho (encíclicas papais contribuíram nesse sentido) (BEOZZO, 1994). Grupos conservadores atuaram com força no meio social através de marchas, manifestações populares, uso de rádios e jornais para disseminar o perigo comunista, a defesa da fé, da liberdade e da família (MATOS, 2003). Foi um período, sem dúvidas, de grande envolvimento da Igreja Católica com a dimensão política e ideológica dos rumos do país. Isso tudo vai se refletir na sua ação no meio rural e nos combates aos movimentos sociais que possuem certa base política de cunho marxista, ou que se imaginava que tinham dimensões nesse campo.

O Master no Rio Grande do Sul foi um deles, bem como as Ligas Camponesas no Nordeste, em particular.

Ainda em meados dos anos 1950, para fazer frente ao perigo comunista no campo e a perda de seu poder no meio rural, a Igreja faz um trabalho mais presente onde há maior influência das Ligas e da ULTAB, principalmente em torno do que a mesma considera como sendo um “sindicalismo cristão”; o Rio Grande do Sul, através de Dom Vicente Scherer, vai ganhar expressão nesse sentido tanto no meio urbano através da constituição de sindicatos rurais, quanto no meio urbano com o incentivo aos círculos operários (DALLA NORA, 2002). Os argumentos da Igreja, na pessoa do referido Cardeal, davam-se em torno da crítica ferrenha ao avanço das ideias comunistas e da noção de classes sociais, ambas capitaneadas pelo PCB, pelo PTB, pelas Ligas e posteriormente, no final da década de 1950, pelo Master. Esse trabalho ideológico (de contra-ideologia) foi mais intensificado, justificado e ideologizado como ação pastoral da Instituição no sentido de anulá-las e demonizá-las (RODIGHERO, 1998).

Não podemos deixar de, pelo menos, mencionar que a Igreja Católica, em particular no Rio Grande do Sul, desde sempre esteve presente na vida das colônias; a mesma tornou-se a vanguarda da ideologia política que norteava a vida do agricultor familiar camponês, desde os projetos oficiais de colonização, nas novas fronteiras agrícolas e migratórias do Sul do país, nas organizações comunitárias, nas pregações em defesa da família e do trabalho na terra, etc.; na consolidação do modelo de agricultura familiar do norte e nordeste do estado, bem como boa parte dos estados de Santa Catarina e Paraná, figura o papel da Igreja; esteve nesses espaços muito inserida nos projetos de colonização das primeiras décadas do século XX.

A partir de meados dos anos 1950 desenvolveu-se, com mais intensidade, a ação político-ideológica da oficialidade da Igreja. A ideia de um Brasil moderno que estaria nascendo imprimia concepções, filiações e posições no interior das instituições, inclusive as de maior mediação social como é o caso da Igreja Católica (BASSANI, 1986; BEOZZO, 1994). A concepção de modernização social e produtiva estava nos discursos dessa oficialidade religiosa. Dependendo dos grupos envolvidos, interpretações bíblicas e de documentos papais eram evidenciadas. As Encíclicas *Mater et Magistra* e *Rerum Novarum*, por exemplo, eram muito utilizadas para múltiplos fins no interior do campo eclesial e nas deliberações de suas pastorais e ações sociais. As referidas entoavam sentidos e princípios de igualdade entre os homens,

função social da propriedade, a importância do meio rural, liberdade e importância às organizações de classe, dentre outros aspectos que induziam a Igreja a pensar a questão social e organizativa de categorias sociais de trabalhadores do meio rural em especial (BASSANI, 1986). As organizações políticas que se apresentavam, suas ações no meio rural, as transformações sociais, econômicas e culturais do país (substituição de características produtivas e econômicas de um modelo produtivo considerado “rural” para um outro denominado de “agroindustrial”), apressaram e intensificaram as ações, tanto da Igreja Católica, quanto de agrupamentos políticos interessados nesse novo cenário que se desenhava.

O Movimento dos Agricultores Sem-terra – Master-, no Rio Grande do Sul foi o estopim dessas novas redefinições políticas e de mediação no meio rural. Segundo Eckert (1984), o movimento Master se consolidou em 1960 por ocasião da tentativa de retomada de uma área de 1.800 ha no interior do município de Encruzilhada do Sul que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros. O proprietário, após quase 40 anos sem reclamar da propriedade, começou a exigir cobrança dos posseiros pelo uso da terra, ou, então, induzindo-os e coagindo-os a comprar a terra sob pena de serem despojados. A reação foi imediata. Vários mediadores, dentre eles, Ruy Ramos, Paulo Schilling e Milton Serres Rodrigues, pertencentes ao PTB, passaram a pleitear junto ao governo do estado (Brizola), de seu partido, uma solução. No início, buscou-se uma solução política e jurídica para apenas uma parte da área em litígio. Esse movimento foi o que desencadeou a possibilidade de organização; porém, vários outros foram de grande expressão por todo o Estado durante o tempo de vida do Movimento (1960-1964); o da Fazenda Sarandi no norte do Estado e o do Banhado do Colégio em Camaquã (centro-sul do Estado), repercutiram muito, expressaram forte presença do governador Brizola na condução do movimento, na presença nos espaços de conflito discursando, entregando títulos de posses a colonos, na mediação política com lideranças políticas regionais, nas desapropriações de fazendas etc (ECKERT, 1984; GEHLEN, 1983).

Não temos condições de aprofundar aqui, mas é bom frisar que o Master teve várias fases e faces em termos de ações, intenções, estratégias, mediações, resultados e vínculos. No início, o movimento pleiteava mais a inserção de pequenos camponeses às benesses da modernização produtiva, prometida e viabilizada aos médios e grandes produtores rurais, na sindicalização rural, na incorporação da legislação trabalhista, no financiamento e crédito à pequena agricultura, na

viabilização de registro de terras a posseiros, bem como na efetivação da reforma agrária. O Movimento produziu muitos efeitos na consciência de grupos sociais que lutavam pela terra no Estado, foi protagonista de várias estratégias coletivas de pressão social, de repressão policial (em particular após 1963, com o governo Meneghetti), de conflitos sociais em algumas regiões, envolveu instituições políticas e religiosas como apoiadoras e/ou em contraposição (ECKERT, 1984). Os desdobramentos, as ações, as repressões, a contraposição da Igreja Católica, via FAG (Frente Agrária Gaúcha, entidade criada pelo Cardeal Dom Vicente Scherer para atuar politicamente no meio rural e se opor às ações do Master), o papel de grupos políticos, o trabalho da imprensa estadual, os escritos e falas do referido cardeal<sup>6</sup> em veículos de comunicação, deram o tom da importância desse movimento.

Na Fazenda Sarandí, no norte do Rio Grande do Sul, latifúndio de grandes proporções e que se tornou paradigmático na luta camponesa de décadas posteriores à que estamos vendo, o Master, através da mediação do Governador Brizola, teve uma grande atuação. Nela, Brizola enfatizava a importância da pressão política dos Sem-terra (desde que ordeira e pacífica!), inclusive em seus discursos inflamados nos locais em que fazendas eram desapropriadas por ele. Dizia o Governador, quando da desapropriação de 22 mil ha da referida fazenda e da entrega de títulos de posses aos pequenos agricultores:

Quero cumprimentar a todos e felicitar pela forma ordeira e pacífica com que se conduziram, porque a causa da Reforma Agrária é justa e, por isso, devemos empregar os meios justos. A criação das Associações dos Sem Terra tem o meu apoio. Eu vos felicito pela ordem e pela moral do acampamento. A partir de hoje está desapropriada a Fazenda Sarandí e daqui não sairá mais um pau de lenha (JORNAL O NACIONAL, 1962, p. 3.).

O associativismo, em sua expressão sindical, as políticas assistenciais de estruturação fundiária mais justa, legislação aos assalariados rurais, políticas agrícolas melhores em torno de preços, custos, financiamento, comercialização, cooperativas, etc., eram lugar comum nas reivindicações do setor agrícola e levadas a efeito pelo

---

<sup>6</sup> Revisamos vários números do *Boletim Unitas*, da Arquidiocese de Porto Alegre do final dos anos 1950 e por toda a década de 1960. No referido tivemos condições de perceber a forte e marcante presença do Cardeal como protagonista da oposição às ações do Master e do Governador Brizola junto aos pequenos agricultores em várias regiões do estado, em especial no centro-norte.

Master. Pressões variadas nesse sentido se faziam sentir através de congressos, encontros estaduais, acampamentos, discussões por desapropriações de latifúndios, em torno de que tipo de reforma agrária seria necessário, vínculos com instâncias políticas (em geral, o PTB foi hegemônico enquanto Brizola foi governador principalmente pelo papel fundamental que exerceu alguns de seus políticos e intelectuais do partido no interior do Estado), setores do trabalhismo que também davam seu aval ao movimento social no meio rural no período que antecede ao regime militar.

Várias ações públicas foram realizadas no sentido de viabilizar as demandas do Master, dentre elas, várias comissões para viabilizar econômica e estrategicamente assentamentos, e políticas agrícolas (IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária -, criado por Brizola, é um exemplo disso); desapropriações foram efetivadas, bem como assentamentos (ainda que incipientes em relação ao quadro amplo das pressões e demandas), promessas e incentivos a determinadas formas de acampamentos sem violência e/ou afrontamento direto, como forma política para justificar processos legais de desapropriações.

O Master internalizou processos que foram compondo uma histórica luta pela terra no Estado. Foi uma luta social que durou pouco tempo (não mais do que meia década), mas que demarcou a possibilidade da luta social e política pela reforma agrária no estado gaúcho (MARCON, 1997). Sua mediação política, seu combate pela oficialidade da Igreja Católica que via no mesmo um foco de disseminação de ideias comunistas, a mediação de outros grupos, suas várias fases, sua repressão pelo governo Meneghetti (1963-1967) e seu desmantelamento pelo regime militar, dentre uma série de outros aspectos, revelaram as contradições que a propriedade da terra e a modernização produtiva estavam produzindo no meio rural gaúcho.

Voltando ao papel da Igreja Católica, é bom frisar que o posicionamento da mesma no período não era único no interior da hierarquia do comando da CNBB sobre a questão do trabalho e dos trabalhadores no campo. Grupos ligados à Ação Católica passaram a assumir posições ao lado das lutas populares. Porém, as posições conservadoras e suas alas sempre foram majoritárias (BASSANI, 1986; DALLA NORA, 2002). Suas posições eram bastante contraditórias em razão das várias correntes do pensamento social brasileiro no início da década de 1960, mas que já vinham se expressando ainda no segundo governo Vargas e que influenciaram lideranças no interior da Instituição (MARTINS, 1990). A Igreja buscava construir quadros de mediação no

meio rural, promover ações de aglutinação de camponeses e criar entidades que pudessem ter legitimidade e expressão da referida instituição. A FAG (Frente Agrária Gaúcha) foi a entidade criada para aglutinar os interesses e ações da Igreja no Rio Grande do Sul nos assuntos políticos, sociais e econômicos do meio rural.

### O ASSOCIATIVISMO CATÓLICO: A FORÇA DA FAG

Não há dúvida que a grande força mediadora do sindicalismo rural tenha sido a Igreja; a mesma foi fundamental em termos de preocupação, orientação política e ideológica; idealizava um *capitalismo social* mais humano e solidário num mundo que havia se reerguido duas décadas após a Segunda Grande Guerra (BEOZZO, 1994). As desigualdades sociais eram patentes, o tema da reforma agrária era agregado a todas as forças sociais desejosas de mudança e quase que lugar comum na esfera política e nos cenários promotores da ordem modernizante que se desenhava e se imprimia em todos os horizontes sociais possíveis (BASSANI, 2009).

Ainda que não seja demais enfatizar que as esferas modernizantes da sociedade no período convivam com horizontes considerados atrasados e históricos da sociedade brasileira em especial no meio rural. A Igreja não podia estar alheia a esse processo todo. Não é bom deixar de relembrar que a Igreja vinha tendo um papel importante no meio rural desde as últimas décadas do Século XIX, por ocasião da imensa força de ação para romanização do catolicismo, a consolidação de comunidades e seus rituais coletivos, a presença maciça e disseminada de oriundos de imigrantes de várias etnias européias devotos de suas fileiras religiosas, quase em sua maioria ainda residindo no meio rural. A Igreja Católica se considerava legítima pelo seu papel evangelizador, pela sua ação no acompanhamento ao processo colonizador de muitas regiões do Estado, pela sua ação ideológica e aparentemente apartidária.

Os processos de modernização produtiva agrícola e seus reflexos culturais e políticos não estavam passando despercebidos pela Igreja Católica; várias ações pastorais, inclusive de adequação a esse modelo, foram viabilizadas. As escolas rurais, os Clubes 4s<sup>7</sup>, o incentivo à aplicação

---

<sup>7</sup> Clubes 4s eram organizações de jovens rurais, filhos de pequenos agricultores, mediados pela Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Os mesmos promoviam encontros de lazer, de estudos, de aprendizagens de técnicas agrícolas, em particular nas escolas agrícolas mantidas pela instituição católica, formação de grupos de jovens, etc. Foi uma política de governo, em geral, financiada por instituições americanas interessadas na dinâmica

de novas técnicas produtivas como forma de inserir o pequeno agricultor nesse horizonte e reduzir os conflitos sociais gerados pela pobreza rural, expressavam algumas das ações da referida instituição no Estado.

O regime militar vai corroborar essa dimensão e dar total credibilidade à ação da instituição no meio rural. Entidades surgem e se fortalecem nesse sentido no interior da referida instituição, a FAG é uma delas. Fundada em 1961, sob a influência do Cardeal Dom Vicente Scherer, a FAG buscou sempre expressar o papel relevante e histórico da instituição mentora, porém, também na sua dimensão política no meio rural. A mesma expressou um segmento conservador no interior da CNBB (BASSANI, 2009); desenvolveu-se num período de efervescência política no país e de grupos inimigos em relação as suas políticas e ações; fundamentou-se nos documentos oficiais da Igreja que embasavam a doutrina social cristã (ECKERT, 1984).

Na opinião de Gehlen, a FAG era “um movimento social de agricultores cristãos que se preocupavam com a promoção do homem do campo, conforme reza o documento de criação. Ela constitui-se, por duas décadas (até final da década de 1970), no instrumento privilegiado de intervenção da Igreja no meio rural” (1983, p. 84). Por isso, ela empenhou-se em duas frentes:

a) promover, por meio de sindicatos, cooperativas, associações comunitárias, cursos, seminários, congressos, etc. para os agricultores, que, segundo sua ótica, se encontravam em situação de pobreza, de abandono e de exploração;

b) constituir-se numa força de resistência e combate as ideologias e organizações adversas a classe dominante, com a qual a Igreja compactuava.

O motivo fundamental do surgimento da FAG e, do seu empenho em criar sindicatos de produtores rurais e de assalariados rurais, foi o de combater o Master e organizar uma proposta alternativa aos agricultores (CARINI; TEDESCO, 2007). A questão da terra estava por

---

mercantil dos processos de modernização da agricultura brasileira. A Igreja Católica exerceu a mediação dessas ações públicas e privadas por ser a instituição de maior inserção no meio rural. Essa política teve grande presença no Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1960 e 1970; aos poucos os Clubes foram sendo substituídos por órgãos de difusão tecnológica da esfera pública, como é a atual Emater. Os 4S fazem referência aos 4-H da política extensionista americana dos anos 1950: Head – cabeça; Heart – coração; Hand - mão; Health – saúde; palavras essas que buscavam exprimir ideias em torno de habilidades, higiene, cooperação, amizade, trabalho e técnica como elementos otimizadores da produção e da vida rural. Ver Souza (2004).

demais em evidência para ser totalmente ignorada pela FAG, que reconhecia a existência da concentração da terra nas mãos de poucos e que as dificuldades dos pequenos proprietários eram cada vez maiores, porém preconizava alguma alteração desse quadro, sem mexer na estrutura do latifúndio; se houvesse alguma reforma agrária, a mesma deveria ser feita em terras públicas, consideradas, na época, como devolutas, raramente ouvia-se ou lia-se algum discurso de Dom Vicente mencionando o latifúndio (ainda que fosse o improdutivo) para efeito de desapropriação pública para reforma agrária. O instituto da propriedade era para o mesmo inviolável, independente de seu tamanho e objetivo econômico e social. As desigualdades sociais eram entendidas tanto por Dom Vicente, quanto pelo Bispo Dom Edmundo (seu parceiro nas ações e discursos contra o Master e na efetivação das ações sindicais rurais da FAG), como efeitos da técnica e não da forma e organização do poder e da propriedade da terra.

A FAG teve desde o seu início a presença e ação carismática do Irmão Dario – religioso Marista - ; o mesmo foi coordenador da FAG no estado por mais de uma década desde a sua fundação; marcou sempre presença nos Congressos de Ação Social e nas Semanas Rurais (encontros de discussão, orientação, formação política e de técnicas produtivas para, em especial, a juventude rural), organizadas pelas dioceses do estado por toda a década de 50 até meados da década de 1970 (CARINI; TEDESCO, 2007). Esses eventos consolidavam as ações da FAG na efetivação de sindicatos rurais, na educação rural, nas alterações do horizonte produtivo (em direção as formas modernizantes expressas pelo uso de instrumentos técnicos e insumos químicos, em geral em torno da cultura da soja), no combate ao comunismo e na preservação cultural e econômica do agricultor familiar (DALLA NORA, 2002).

A FAG teve uma grande importância nessa reconfiguração do associativismo no meio rural no estado gaúcho; foi mais legalista a exemplo de outros grupos que compunham a ala conservadora da Igreja Católica (ECKERT, 1984). Na visão do Cardeal Scherer, as desapropriações de terra deveriam ser racionais e obedecer aos princípios da propriedade.<sup>8</sup> O mesmo é enfático ao dizer que a desapropriação,

---

<sup>8</sup> Com relação à contrapropaganda comunista no meio rural, utilizavam-se jornais, em especial o *Correio Rio-grandense*, de Caxias do Sul/Veronópolis, de propriedade dos padres Capuchinhos. Esse era de fundamental importância principalmente pela sua intensa presença no meio rural do RS e de SC. Os Sermões do Cardeal Scherer eram reproduzidos no *Boletim Unitas* da Arquidiocese de Porto Alegre. Programas de rádio em

para fins de reforma agrária, deve ser a exceção e não a regra [...]. Há também grandes propriedades, ou latifúndios que exercem importante função social e devem ser conservados [...]. A reforma agrária deve melhorar as condições de vida dos trabalhadores, multiplicar o número de pequenas propriedades que sustentam a produção em geral e a situação econômica do Estado e do país (SCHERER, *Boletim Unitas*, 1962, p. 17).

O Cardeal não poupava críticas e condenações a determinadas diretrizes da CNBB em torno da questão da terra no período (contra Dom Helder em particular), bem como condenava uma ala da Igreja Católica que, como vimos, assumiu a questão fundiária e as lutas populares como seu centro de ação (Ação Popular e a Ação Católica), assim como as ações de governos, no caso Brizola, e seu apoio ao Master. É esse grupo que, logo mais tarde (em meados dos anos 1970), em pleno regime militar, irá compor a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade de grande atuação nos movimentos de luta pela terra e que atuará em outros horizontes, inclusive, contrapondo-se às ações de até então da FAG. A CPT será fruto de vários encontros de bispos da América Latina, preocupados com as novas diretrizes de ação social da Igreja Católica (Medellin e Puebla, em especial) e que redefinirá a mediação junto aos agricultores, em particular os subalternizados que o próprio modelo defendido pela FAG produziu. Mas, Scherer continuou com seus escritos combatendo o comunismo, as políticas e ações de algumas pastorais sociais no meio rural que, na realidade, estavam sob a orientação da CNBB. Dizia ele que

Uma das facções seguiu uma evolução paralela à da economia capitalista, e precipitou-se no comunismo, que ensina duas coisas e as procura realizar, não oculta ou solapadamente, mas a luz do dia, francamente e por todos os meios ainda os mais violentos: guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa a destruição da propriedade particular. Na prossecução desses objetivos a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantoso quão bárbaro e desumano se mostra. [...]. O Papa Leão XIII apontava as desastrosas conseqüências da solução socialista, afirmando: é erro capital julgar-se que ricos e pobres são classes distintas a digladiarem-se, e a Igreja propõe um corpo de preceitos mais completo, porque ambiciona

---

Porto Alegre e com audiência por todo o Estado eram também confeccionados com a intenção de difundir as diretrizes da Igreja Católica para o meio rural.

estretar a união das duas classes, até as unir uma a outra, por laços de verdadeira amizade (SCHERER, *Boletim Unitas*, 1963, p. 21).

Com o governo Meneghetti (o qual sucedeu Brizola), a Igreja oficial no Estado encontrou um grande aliado; o mesmo deu total apoio à FAG, incentivou a criação da Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura) e não mediu esforços para o combate ao Master e para auxiliar na constituição de sindicatos rurais. Dizia o futuro governador, por ocasião de sua campanha política, que era necessário

garantir, aos que trabalham, a tranqüilidade. É necessário dar aos que trabalham a certeza de que suas propriedades não serão violadas. [...]. Não farei como aqueles que enganam homens humildes, levando-os para as estradas a fim de ameaçar propriedades que foram conquistadas como o trabalho e suor de milhares de famílias honradas. Vou para o governo para resolver problemas e não para criar problemas (JORNAL O NACIONAL, 1962, p. 3).

Contudo, mesmo nesse curto período que antecede o Golpe Militar, o Master continuou pressionando e radicalizando suas propostas e metodologias de ação. Porém, em meio à repressão, o Movimento não conseguia, na prática, efetivar suas ações de reforma agrária nem nas propriedades que já haviam sido desapropriadas pelo governo anterior (ECKERT, 1984), bem como não conseguiu efetivar a criação dos tão almejados sindicatos rurais ao seu modelo, ou, pelo menos, oficializá-los.

Uma das grandes expressões do associativismo católico no Rio Grande do Sul foi o cooperativismo rural. Em solo gaúcho, a criação de cooperativas, no final dos anos 1950, em inúmeras regiões com destaque para Passo Fundo, Ijuí, Sarandi, Getúlio Vargas, dentre outros, foi fundamental (BASSANI, 1986; MADURO, 1990). Isso tudo foi incentivado e organizado pela FAG. Na realidade, o que estava em jogo nessa intensa mediação da Igreja era a sua clara aceitação do desenvolvimento do capitalismo no campo por meio da dinâmica técnica e da produção moderna e de excedentes, pela propriedade individual da terra, tentativa de frear a influência de comunistas, fortalecer posturas legalistas em torno da questão fundiária, formalizar o mercado de trabalho no setor agrícola, reduzir a mediação de partidos políticos em seu interior principalmente de esquerda (que no período haviam assumido propostas nesse sentido como é o caso do PTB e PCB, logo a seguir PC do B), incorporar a luta política dos camponeses à tutela da

mesma ou da esfera do controle político institucional. A referida instituição pregava também a necessidade do pequeno produtor se modernizar; condenava o latifúndio improdutivo e o minifúndio pelo fato de ambos serem antieconômicos e nada modernizantes (algo que o Estatuto da Terra, de 1964, corroboraria logo a seguir) (BASSANI, 2009).

A oficialidade da Igreja Católica, nos primeiros anos da década de 1960, estava em grande parte em sintonia com a esfera pública. A esfera pública federal, no início de 62, através de uma portaria do Ministério do Trabalho, definiu um processo de estruturação burocrático do sindicalismo rural oficial. A idéia era fortalecer as agremiações sindicais, porém reconhecidos burocraticamente. Vários sindicatos de categorias econômicas ou profissionais foram criados (BARROS, 2002). Esse processo objetivava atingir as Ligas que até então eram muito importantes na organização dos trabalhadores do campo por todo o país, tendo mais presença em algumas regiões e menos em outras. O ponto forte desse processo aconteceu em 1963 com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) com a intenção de dar visibilidade ao interesse legislativo num processo que já se evidenciava, porém que passa a ganhar agora significado político numa conjuntura de propostas reformistas no interior da sociedade e da esfera política (DALLA NORA, 2002; MARTINS, 1990). O ETR dava garantia de extensão da legislação trabalhista para o meio rural, criava a contribuição sindical, a distinção entre empregado e empregador rural, reconhecia como legítima a associação em sindicatos. Através do ETR, a Igreja Católica, conseguia oficializar e institucionalizar os sindicatos que a mesma criava. No fundo, essa legislação concedeu espaços aos trabalhadores rurais num período de forte tensão social e política no campo – feito de cima para baixo.

Tanto a Igreja, quanto o PCB e a AP viam com bons olhos os sindicatos e os disputavam, pois cada uma das entidades, ao seu modo, poderia concebê-los com uma ou mais intenções principalmente se estivessem sob seu comando. A luta nesse sentido foi intensa no Rio Grande do Sul. Com o Golpe Militar e a elaboração do Estatuto da Terra, o qual normatizava as ações sindicais, os processos de reforma agrária, a modernização produtiva, as deliberações públicas em torno da “questão agrária e agrícola”, etc., redefiniu a ação de mediadores junto ao agricultor brasileiro. Os militares tiveram, nos primeiros anos do Golpe, a Igreja Católica como aliada nesse sentido, além dos mesmos terem exercido um conjunto de ações políticas que vinham sendo desenvolvidas pela referida instituição. Na realidade, o Estatuto da Terra, no início do Golpe Militar, levou a questão fundiária e da terra como um todo para o

interior do Estado. Desse modo, essa nova estratégia viabilizaria o Estado de um melhor controle político e ideológico no interior dos sindicatos. O golpe de 64 se encarregou de romper com o processo de organização intensa dos trabalhadores de até então em nível de país, de extinção definitiva das Ligas, manutenção do sindicalismo rural no interior da Igreja, ou melhor, *confiando* em sua mediação (essa ganhou espaços agora mais ainda legitimada pela esfera pública, pelo menos nos primeiros dez anos de regime autoritário até o surgimento de intensas oposições sindicais), eliminou e/ou coibiu os focos de resistência ao regime do interior dos sindicatos rurais e qualquer um outro.

Projetos de colonização no Mato Grosso, apoiados pela Contag e a Igreja, apareciam como solução para os grandes contingentes de pequenos agricultores identificados como sem-terra e/ou fruto de conflito nas reservas indígenas (no estado gaúcho, essa realidade foi muito intensa no final dos anos 1970 e por grande parte da década de 1980).

Entidades em nível nacional serão criadas e darão maior visibilidade a determinadas categorias, como é o caso da Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), a qual objetivava agregar as lutas políticas dos pequenos agricultores. Participaram de sua fundação 26 federações, as quais agregavam trabalhadores na agricultura (no caso do Rio Grande do Sul, a Fetag, a qual se desenvolveu a partir da dissolução da FAG, ou seja, no interior da própria Igreja e seguindo as suas diretrizes).

Porém, logo no início do Golpe, a Contag sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, houve preponderância da Igreja Católica conservadora em sua direção, prisões de líderes, bem como esteve sempre adequada ao *status quo* político (MARTINS, 1990; MEDEIROS, 1990). Com o passar de alguns anos, a Entidade passou a defender a reforma agrária em sua aplicação do Estatuto da Terra - concepção legalista -, sem hostilizar o governo militar. Essa realidade só vai se consolidar em meados da década de 1970 quando houve uma definição maior da Igreja Católica frente às demandas sociais, influenciada pelos documentos originados dos encontros de bispos latino-americanos, de lideranças progressistas no interior das associações sindicais tanto rurais quanto urbanas, das diretrizes de um *novo sindicalismo*, mais combativo e mais declarado a favor de várias categorias de trabalhadores, dentre as quais as de pequenos agricultores. Podemos dizer que os frutos do Master do início dos anos 1960 e das Ligas, das ações do PCB e de outras agremiações no meio rural, começam a se fazer presentes na segunda metade da década de 1970. Os sindicatos rurais galvanizarão esse processo.

### SINDICATOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Em toda a história do sindicalismo rural no estado, o que se pode dizer com certeza é que o mesmo não é fruto de um movimento dos próprios camponeses, ou seja, houve uma reduzida participação e demanda de trabalhadores rurais propriamente ditos; nasce de uma intensa participação de grupos/instituições mediadores, algumas que avançavam, aos moldes de sua ação no cenário urbano e de conjuntura política favorável (como é o caso da Igreja Católica). Os sindicatos surgem como conseqüência de um embate político-ideológico entre instituições de fora da realidade rural/agrícola; havia a demanda pelos mesmos sem sombra de dúvida, porém, os mecanismos e as estratégias que os viabilizaram partiram de fora desse cenário.

Com relação à contrapropaganda comunista no meio rural, a Igreja Católica no Rio Grande do Sul, através da FAG, utilizava veículos de comunicação (em particular, rádios e jornais). O jornal *Correio Rio-grandense*, de Caxias do Sul/Veronópolis, de propriedade dos padres Capuchinhos, foi fundamental nesse sentido, principalmente pela sua intensa presença no meio rural dos dois últimos estados do Sul do Brasil. O Cardeal Dom Vicente, em seus sermões e escritos contidos no *Boletim Unitas* da Arquidiocese e em seus programas de rádio em Porto Alegre e com audiência por todo o Estado, soube muito bem utilizar esses veículos de comunicação. Em seus escritos de cunho ideológico e político, o mesmo dizia que,

[...], é inteiramente falso atribuir, que só ao capital ou só ao trabalho, o produtor do concurso de ambos; e é injustíssimo que um deles, negando a eficácia do outro, se arrogue a si todos os frutos. [...] Erro mais capcioso que o de alguns socialistas, para os quais tudo o que é produtivo deve passar a ser propriedade do Estado ou socializar-se; mas, por isso mesmo, erro muito mais perigoso e próprio a seduzir os incautos: veneno suave que tragaram avidamente muitos, a quem o socialismo sem rebuço não pudera encarar (SCHERER, *Boletim Unitas*, 1963, p. 9).

Quando escrevia sobre a propriedade da terra, o mesmo enfatizava o papel do Estado na questão e, principalmente em prol dos pequenos agricultores, para que evitem as migrações que, à época, estavam se evidenciando, via êxodo rural e para outras regiões do país.

É necessário dar aos que trabalham a certeza de que suas propriedades não serão violadas. [...]. Onde não existir o direito de propriedade - o direito do homem ter seu pedaço de terra e sua casa - ali temos a escravidão. O Estado pode e deve fazer com que um número sempre maior de trabalhadores tenham sua gleba. Não podemos fechar os olhos para a realidade que aí está, onde milhares de pessoas vivem em propriedades de 10 ou 20 hectares de terras, gente que tem vocação para a terra, que vive da terra e que não poderá legar a seus filhos um pedaço de terra. E eles não encontrando aqui a terra de que necessitam, irão para outros Estados, ou então, o que é pior, irão para as cidades engrossar as filas de marginais. [...]. Reforma agrária, não é apenas distribuir terras. Antes de tudo, reforma agrária significa organizar a vida rural (SCHERER, 1967, p. 61).

Para difundir essas ideias, a FAG também promovia congressos denominados de “Ação Social” e Semanas Rurais eram organizadas pelas dioceses do estado. Esses eventos preparavam o surgimento de algum novo sindicato, a consolidação dos que já estavam constituídos, a abertura de cooperativas de produção e comercialização agrícola, encontros de educação rural, de difusão tecnológica através dos Clubes 4s etc. Havia, no interior da oficialidade da Igreja no estado de que grandes transformações sociais e culturais pudessem alterar o quadro moral e social da família no meio rural, em particular do agricultor familiar, devido aos processos modernizantes da sociedade e da esfera produtiva. Esses, na concepção da mesma, seriam inevitáveis, porém, os agricultores deveriam ser tutelados para que não rompessem processos culturais e morais consolidados por décadas anteriores. A migração, via êxodo, nesse sentido, seria pernicioso, em particular em torno dos valores cristãos, da família, da autoridade, da propriedade, da moralidade e do trabalho honesto e contumaz.

As escolas agrícolas, organizadas pela FAG, tinham a clara intenção de introduzir o modelo produtivista no interior das unidades familiares no meio rural bem como desenvolver o espírito cristão na juventude e a reprodução das unidades familiares no campo, tentando evitar, com isso, o êxodo rural que já se evidenciava (DALLA NORA, 2002; SOUZA, 2004). Nos discursos de Dom Vicente essa realidade é bem explícita:

Queremos a todo custo difundir a compreensão de que o colono deve abandonar os métodos usuais de trabalho, em grande parte, primitivos e antiquados. [...]. O desenvolvimento da agricultura e

a racionalização de métodos de trabalho reclamam a fundação de Escolas Agrícolas para os filhos dos trabalhadores da terra (SCHERER, *Boletim Unitas*, 1966, p 27 e 28).

A região centro-norte do Rio Grande do Sul foi expressiva dessa intensa ação da Igreja no meio rural. A região de Passo Fundo, em particular, tornou-se, a partir do início da década de 1960, de grande expressão de inserção do modelo produtivista na agricultura, com forte presença de referenciais técnicos e químicos na produção de trigo e soja. Essas duas culturas se tornaram expressivas do novo modelo que se desenhava no país. Nesse sentido, as contradições sociais também se manifestavam; pequenos agricultores não conseguiam se inserir nesse modelo; o setor pecuarista se alterava e adentrava para a produção moderna de cereais, capitaneada, nesse caso, pela figura do granjeiro (médio e grande produtor modernizado e/ou inserido no novo modelo). Isso expulsava gente da terra, criava situações que iriam expressar tensões e conflitos sociais.

A FAG, através de sindicatos na região e por todo o estado, insistia na necessidade de inserir também o pequeno agricultor nesse novo cenário, principalmente através de políticas públicas de crédito, de aquisição de mais terras e de substituição de técnicas consideradas atrasadas de produção.

Revisamos inúmeras matérias de jornais sobre as ações da FAG na região de abrangência da Diocese de Passo Fundo, centro-norte do Estado. Era comum em seus conteúdos a explicitação da necessidade de alteração nos métodos tradicionais de trabalho, orientação de manejo do solo, a adoção de determinadas máquinas e/ou implementos, o combate a várias pragas tanto do solo quanto dos animais.

A FAG era muito clara em seus princípios:

quer unir as populações agrícolas e rurais em sindicato; operar uma Educação de Base nas zonas rurais, no sentido de trazer o colono e o homem do campo para um nível de vida mais justo e humano; [...] alertar o agricultor a que se una numa frente poderosa e ativa no sentido de obter, por si e para si leis, escolas rurais e profissionais, melhores hospitais, maternidades; serviços sanitários, farmácias, líderes, agrônomos, serviço religioso, serviço recreativo; habitação, trabalho e propriedade convenientes, recursos, empréstimos para colocar as famílias numerosas; estradas, comunicações e transportes, valorização e escoamento dos produtos, pequenas indústrias, e serviços

públicos, um lugar na sociedade (JORNAL O NACIONAL, 1965, p. 17).

Ou seja, o que queremos dizer é que a ação prática da FAG buscava atender aos aspectos prementes da vida cotidiana dos pequenos agricultores e, nisso sua credibilidade se ampliava em razão também dos resultados imediatos adquiridos. O sindicalismo rural estava no centro das discussões da FAG regional; a mesma fazia constantes encontros e chamamentos para efetivar a participação no associativismo dos agricultores. O caso da criação do Sindicato Rural de Passo Fundo, centro-norte do Estado, é expressivo disso:

A FAG regional faz um chamamento em junho de 1962 para que todos os trabalhadores rurais autônomos (proprietários) compareçam de uma reunião para tratar das seguintes questões: “Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais”, para orientação e defesa da nossa coletividade e formulação de pedido de reconhecimento e investidura sindical; aprovação dos Estatutos Sociais da Entidade; escolha de Diretoria Provisória para administrar o Sindicato até a obtenção de sua investidura sindical (JORNAL O NACIONAL, 1962, p. 12).

É importante ter presente também que praticamente todos os membros colaboradores, em suas várias comissões, eram grandes representantes da agricultura moderna na região baseada no binômio que estava se gestando em torno do trigo e soja; eram conhecidos na região como granjeiros, bem como alguns deles eram industriais e comerciantes. Isso demonstra o amplo leque de inserção da Entidade e sua busca de suavização dos conflitos e tensões entre classes do agro-gaúcho e regional.

A matéria jornalística abaixo sintetiza o espírito que orientou a FAG, seus princípios, suas intenções e a profunda aceitação pelas forças expressivas do agro-regional do centro-norte do Estado, principalmente em torno dos granjeiros. Um deles assim a expressa:

Sou um apaixonado pela FAG. Poucos conhecem esta sigla. Significa “Frente Agrária Gaúcha”. Movimento que surgiu na hora exata, com a finalidade de reforma das arcaicas estruturas rurais. Não poderia ter sido melhor a escolha, que o sr. Bispo fez, do Irmão Urbano para coordenador da FAG, nos municípios da Diocese de Passo Fundo.

Conhecedor profundo dos problemas rurais e das suas soluções, vivo dia e noite em função desta associação, que irá, dentro de poucos anos transformar, completamente a paisagem obsoleta das áreas cultivadas empiricamente em nosso interior. Confessando-me entusiasta, pela FAG, creio no futuro auspicioso deste movimento; por isto procuro, quando me é possível, transmitir a todos os agricultores, este meu entusiasmo pela Frente Agrária Gaúcha, entidade que se propõem a desenvolver o espírito de solidariedade social entre os homens do campo e difundir a doutrina social Cristã. Uma reforma agrária, sem este planejamento global, será apenas uma reforma à moda Julião, latifundiário lá do Nordeste, que imitadores embuçados procuram espalhar por todo o país. Todos desejamos uma reforma agrária bem planejada e dirigida por líderes cristãos e nunca por comunistas ou cripto-comunistas. [...]. Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns com os outros e colaborarem na criação de iniciativas cooperativistas, associações profissionais ou sindicais, para tirar proveito dos progressos científicos e técnicos na produção, contribuir para a defesa dos preços e para que os agricultores consigam fazer-se ouvir no campo político e junto aos órgãos da administração pública. [...]. O principal objetivo da FAG é promover, elevar o nível de vida do nosso agricultor. Unir a classe através dos sindicatos, para a defesa da classe. Só assim seremos um dia um país auto-suficiente. Unidos em torno da FAG, não cairemos jamais nas malhas de um mascarado tipo Fidel Castro – o sanguinário barbudo de Cuba (JORNAL O NACIONAL, 1962, p. 4).

Além do papel assíduo e específico da FAG no meio rural, a Igreja atuava nesse espaço com forte presença normatizadora, auxiliada por várias congregações européias inseridas no interior de suas dioceses, enfatizando a dimensão do trabalho, da terra e da família do agricultor, a necessária modernização produtiva e social, a entrada no mundo associativo pela sindicalização e cooperativas.

O cooperativismo era incentivado em todo o estado. No centro-norte, desenvolveu-se uma das maiores cooperativas da América latina, a Coopasso, a qual, juntamente com o Sindicato Rural, foi fruto da mediação da Igreja Católica, através da FAG. Sindicatos e cooperativas, na visão da FAG, estariam em sinergia. Em outra matéria de jornal, um líder sindical rural de Passo Fundo e membro fundador do referido, expressa o temor dos agricultores na época:

Haviam muitas dificuldades em reunir os agricultores, pois alguns tinham medo e diziam que essas reuniões poderiam ser de comunismo. A primeira reunião para tratar da criação do Sindicato, foi realizada na residência do agricultor João Lorenzoni. Iniciou-se aí a articulação com os agricultores de outras comunidade para aderirem a idéia de criar o sindicato, tendo sido oficialmente fundado no dia 26 de julho de 1962. [...]. O sindicato com a cooperativa deixaria o agricultor mais protegido. [...]. A Igreja motivou isso tudo; ela dava a garantia que não era coisa de comunista. O Brizola, a turma dele, queria isso também, não é, daí virava naquilo, um tinha medo, outro era Brizolista, mas a Igreja acompanhou desde o início [...]; sem ela não teria havido nem a Coopasso e todos sabem o quanto ela foi grande [...] (JORNAL O NACIONAL, 1962, p. 3).

A partir do final da década de 1960, a CNBB assumiu e passou a influenciar formas mais progressistas em relação à questão da terra, muito em adequação com propostas avançadas contidas no Estatuto da Terra de 1964. No entanto, D. Vicente se manteve irredutível e assumiu para si a fundamentação ideológica e prática da FAG no Estado que, na realidade, não destoava em vários outros aspectos da oficialidade da Igreja no Brasil, principalmente em torno do combate às orientações marxistas. No interior do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, a mesma orientava para o cumprimento das leis sindicais estabelecidas pelo Estado, além de não acirrar a luta de classes, não perturbar a ordem estabelecida na sociedade, zelar pela justiça e fraternidade no campo e nas ações sindicais, formação de lideranças e introdução de ideias modernizantes. As escolas agrícolas, em parceria com sindicatos, viabilizaram isso junto ao jovem rural. Com isso, a Igreja, incorporava seu papel político no meio rural e junto ao pequeno agricultor, sob a égide da Doutrina Social Cristã. Nas palavras de seu grande mentor,

Dois princípios fundamentais caracterizam esta doutrina social, a harmoniosa solução de conflitos entre classes sob a égide da justiça e do trabalho e, conseqüentemente, a condenação da luta de classe visando à supressão da propriedade privada, como quer o comunismo, e a educação dos homens segundo os preceitos do evangelho dentro de uma concepção transcendente do destino e da vida humana [...], dentro de um clima de estudo sereno e objetivo da situação para fixar deveres e direitos recíprocos dos proprietários e trabalhadores (SCHERER, *Boletim Unitas*, 1969, p. 5).

A FAG conseguiu, entre 1963-1977, organizar e oficializar 224 sindicatos rurais no Estado (DALLA NORA, 2002, p. 78), além de imprimir sua dimensão conservadora no interior dos mesmos, pois uma das regras era que os sindicatos não poderiam ser órgãos de atuação política no sentido de explicitar contradições de classe e da propriedade privada, ou seja, a sua intenção era diluir os conflitos sociais através da unificação dos interesses antagônicos das classes (BRESSAN, 1978; MEDEIROS, 1990). A unidade de interesses se daria também pela unificação de instituições em nível de Brasil. A organização política dos agricultores necessitava de mediações também com características políticas mais abertas e identificadas com esse campo (RICCI, 1999).

A Fetag/RS, não obstante ter surgido em 1963, só será reconhecida como Federação dos Trabalhadores na Agricultura em 1965, devido a problemas burocráticos e de definição de quem realmente eram os ditos trabalhadores na agricultura e que estavam representados em sindicatos reconhecidos pela legislação. Na realidade, a dimensão político-ideológica precisava estar bem clara para efetivação de sua oficialidade. A mesma foi fundamental na consolidação do sindicalismo rural, em sua oficialidade e mediação de reivindicações ainda que em torno do modelo produtivista no Rio Grande do Sul. No início (1963), a referida instituição de representação de sindicatos, produziu um discurso conservador no sentido de amainar os ânimos inflados pelos movimentos políticos da época (BASSANI, 2009). Aos poucos, passou a agregar sindicatos rurais e ganhar corpo; seguiu a linha da FAG, como sua afilhada, por muito tempo e permaneceu, também, sob seu controle, inclusive, no início, foi subsidiada em termos financeiros e logísticos pela mesma (FETAG, 1969).

No final de 1969, a Fetag/RS, de certa forma, desmembra-se da FAG, nem tanto por questões ideológicas, mas por independência das ações políticas e por ter conseguido ganhar corpo e maior representação própria. Na realidade, no interior da própria Igreja no Estado já havia um processo de oposição às ações “orientadoras” da FAG (VERONESE, 1993; DALLA NORA, 2002). A partir de meados da década de 1970, com a concretização da Fetag e de grupos de oposição sindical no meio rural, a Igreja considerada mais conservadora no Estado, perdeu espaços, porém, de certa forma, atingiu seu objetivo: afastou o perigo comunista, tutelou as organizações dos agricultores, imprimiu diretrizes em correspondência com sua doutrina de uma forma genérica.

A própria Igreja Católica vai preparar, através de seus quadros de liderança leiga, uma forte oposição sindical que vai fazer repercutir no

interior dos sindicatos, a qual, também vai encontrar respaldo no chamado *campo democrático popular* que se instala na sociedade civil organizada e acaba dando a conformação daquilo que posteriormente veio a se chamar de Novo Sindicalismo. Mas isso já é um novo capítulo dessa história.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quadros sindicais rurais que se desenvolviam no período nasceram de dentro da Igreja. Cooperativismo, sindicalismo e extensionismo integravam o *corpus* do controle político e ideológico promovido pela Igreja Católica em sintonia com os processos políticos da conjuntura brasileira, em particular durante os primeiros 10 anos do Golpe Militar (MEDEIROS, 1990).

No caso do Rio Grande do Sul, a Igreja Católica não só foi promotora da organização do movimento sindical, como, de certa forma, encontrou na FAG um canal muito propício para consolidar suas relações com a classe rural constituída pelos agricultores descendentes de europeus. Foram eles que sempre deram sustentação à Igreja do Rio Grande do Sul. Os agricultores familiares, por sua vez, também encontravam na Igreja não apenas uma defensora dos seus interesses, mas um caminho para a ascensão social, modernização produtiva etc. (FONSECA, 1985).

É importante, afirmar que, não obstante o forte poder exercido pela Igreja Católica, através da FAG, até meados da década de 1970, não dá para afirmar que a referida instituição conseguiu sempre imprimir sua vontade e de uma forma total no interior dos sindicatos rurais. Oposições sindicais e lideranças consideradas de pensamento progressista surgiram no interior do próprio movimento, lideranças essas e outras oriundas do Master e da AP (desmembrada posteriormente pela Pastoral da Juventude Rural), afiliadas a grupos políticos, ainda que na clandestinidade, agiam no interior dos sindicatos no período. Os congressos que a FAG realizava abriam espaços e/ou criavam condições para expor os conflitos e divergências no interior dos sindicatos e em torno das ações da mesma, suas diretrizes e adequações com o latifúndio, bem como em defesa da pequena propriedade, desapropriações de latifúndios improdutivos para fins sociais, questionamentos em torno da política econômica e da constituição da estrutura social num cenário difícil de manifestação pública (BRESSAN, 1978; BASSANI, 2009).

As divergências não se deram só devido às ações da FAG, mas no interior do próprio episcopado e na oficialidade da Igreja no país; as mesmas passaram a ser notórias, estando a Igreja Católica, já em meados dos anos 1960, numa espécie de “encruzilhada histórica” (BEOZZO, 1994). Em 1968, com o Concílio de Medellín na Colômbia, a Igreja latino-americana reafirmou as bases da doutrina social inaugurada com o Concílio Vaticano II (1962-5), principalmente em torno da consciência para os problemas sociais, as questões de âmbito cultural (em especial os povos indígenas) e novos caminhos para pastorais sensíveis à realidade dos pobres do continente (MARTINS, 1990). Os camponeses estavam no início da fila deste “compromisso com os pobres” (CELAM, 1980), até mesmo porque essas novas diretrizes de Bispos da América Latina tiveram repercussões tardias no Rio Grande do Sul e, em geral, nas próprias diretrizes da igreja brasileira; seus conflitos internos produziram esse viés tardio. Mas, não obstante essa realidade, um documento da CNBB de 1969, após o AI-5, diz que

é firmado o direito da Igreja de pronunciar-se sobre assuntos políticos quando estiver em questão o bem da população. [...]. A situação institucionalizada no mês de dezembro [AI-5] possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação de direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento e de informação; ameaça à dignidade da pessoa humana [...], institui um amplo poder que torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1986, p. 120).

Esse documento do final dos anos 1960 apresenta uma ideia da mudança que foi se constituindo na relação entre Igreja e Estado no período. Membros da Igreja foram reprimidos, acusados de “agentes do comunismo”. Membros da oficialidade da Igreja Católica pressionavam em seu interior para que a mesma, abertamente, redefinisse sua aliança com o regime e com as classes dominantes que lhe davam sustentação (MATOS, 2003). Porém, por mais que tenha havido certa redefinição nessa relação, no tocante à questão agrária e aos pequenos agricultores e aos seus movimentos sociais, pouco ou nada se alterou (MARTINS, 1990). O golpe militar fortaleceu essa tendência repressiva às organizações sociais e deu à questão agrária um outro enquadramento, numa tentativa de despolitizá-la (MEDEIROS, 1990), visto que os militares impuseram ao Congresso Nacional uma modificação constitucional que viabilizasse a reforma agrária (o Estatuto da Terra), porém, essa só poderia ser realizada por pressão social e, a história

demonstrou a fragilidade dos movimentos sociais no período, em especial os ligados às organizações sindicais rurais.

Enfim, no final da década de 1970, muitas lutas e enfrentamentos vão se fazer presentes em nível de país, principalmente no campo sindical urbano e isso vai também repercutindo no meio rural, com alterações nos objetivos e comandos de muitos sindicatos rurais por todo o Brasil e em particular no Rio Grande do Sul. Colaboraram também para isso as fortes contradições do modelo modernizante de produção agrícola, o intenso êxodo rural, os conflitos em reservas indígenas entre agricultores *intrusados* (inseridos dentro das reservas) e índios, bem como a crise geral do modelo cooperativista idealizado pela FAG, os baixos preços dos produtos agrícolas, em especial a soja, a reduzida presença do estado na questão do crédito agrícola etc. As lutas pela reforma agrária passaram a se intensificar no país, a forte presença da mulher trabalhadora rural em suas reivindicações por representação, reconhecimento social e cidadania, dentre uma série de outras questões, fizeram com que fossem alteradas as bases do sindicalismo rural por todo o Brasil.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, M. M. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BARROS, F. R. *A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso do Estado de São Paulo, entre 1954-1964*. Campinas: Unicamp, 1978.
- BARROS, R. C. Bispos na primavera de renovação que marcou a gênese da CNBB. *Revista Encontros Teológicos*. São Paulo, v. 17, n. 32, p. 78-82, 2002.
- BASSANI, P. *Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais*. Canoas/ Londrina: ULBRA/EDUEL, 2009.
- BASSANI, P. *Frente Agrária Gaúcha: ação política e ideológica da Igreja Católica no movimento camponês no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1986.
- BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Col. *Igreja do Brasil*).
- BRESSAN, S. J. *Sindicalismo Rural e sociedade: relações e história*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.

- CARINI, J. J.; TEDESCO, J. C. *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960 – 1980*. Porto Alegre: EST, 2007.
- CARVALHO COSTA, L. F. *O Congresso Nacional Camponês*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- CARVALHO COSTA, L. F. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano). *Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1986, v.2.
- COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Unicamp, 1998.
- DALLA NORA, H. *A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. Passo Fundo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo.
- ECKERT, C. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984.
- FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Gaúcha). *História, trabalho e preocupações*. Porto Alegre: Fetag, 1969.
- FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFRGS.
- JORNAL *O Nacional*. Passo Fundo (jan., jun., jul., de 1962; jan., de 1965).
- MADURO, A. M. R. *A prática sindical da FETAG*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- MARCON, T. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1997.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MATOS, H. C. J. *Nossa História*. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 3 – período Republicano e Atualidade. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MEDEIROS, L. S. (Org.). *Sindicalismo no campo*. Entrevistas. Avaliação, perspectivas, desafios. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

- NOVAES, R. *De Corpo e Alma*. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- RICCI, R. *Terra de ninguém*: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.
- RODIGHERO, C. S. *O diabo é vermelho*: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande Rio do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- SCHERER, D. V. *A questão Agrária*. Porto Alegre: FAG, 1969.
- SCHERER, D. V. *Documentos Pontifícios sobre questões sociais*. Departamento de Imprensa Nacional, 1967.
- SCHERER, D. V. *70 anos de Rerum Novarum*. Porto Alegre: Arquidiocese de Porto Alegre, 1961.
- SCHERER, V. *Boletim Unitas*. Porto Alegre: Arquidiocese de Porto Alegre, v.v.
- SOUZA, S. F. *Tradição X modernização*: a ação dos Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980). Passo Fundo: EdUPF, 2004.
- VERONESE, O. *Fetag / RS: 30 anos de luta (1963-1993)*. Porto Alegre: Fetag, 1993.

